



A extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR: concepções iniciais para sua inserção curricular

The extension in the IFPR higher Technology programs: initial conceptions for its curricular insertion

Samanta Ramos dos Santos Leske¹

Leandro Rafael Pinto²

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar os resultados da pesquisa intitulada “A curricularização da extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR: concepções e subsídio para a inserção curricular”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O estudo apresentou como objetivo a análise e a verificação da compreensão das concepções de extensão estabelecidas nas políticas educacionais nacionais e institucionais e a contribuição destas para o processo de implementação da curricularização da extensão na instituição. O trabalho contemplou uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de questionários. Por meio do levantamento realizado verificou-se, além de outros resultados, a compreensão das concepções da extensão pela maioria dos docentes participantes da pesquisa, além de que a inserção curricular da extensão é um processo em constante discussão e construção na instituição.

Palavras-chave: Atividade extensionista. Curricularização da extensão. Cursos tecnólogos. Creditação da extensão.

Abstract

This article aims to present the results of the research entitled “The extension curriculum in the IFPR Higher Technology Programs: conceptions and subsidy for curricular insertion”, carried out within the scope of the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT). The objective of this was analyze and verify the understanding of extension concepts established in national and institutional educational policies and their contribution to the implementation process of extension curricularization in the institution. It contemplated an exploratory research with a qualitative and quantitative approach, using bibliographic research, documentary research and the application of questionnaires as data collection

¹ Técnica em Assuntos Educacionais e diretora de Extensão, Arte e Cultura do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - samanta.santos@ifpr.edu.br

² Docente e diretor de Pós-Graduação do IFPR - leandro.rafael@ifpr.edu.br



instruments. Through the survey carried out, it was verified, in addition to other results, the understanding of the concepts of extension by most of the professors participating in the research, in addition to the fact that the curricular insertion of extension is a process in constant discussion and construction in the institution.

Keywords: Extension activity. Extension in the curriculum. Technological courses. Extension crediting.

1 Introdução

A prática extensionista no Brasil teve suas primeiras manifestações no final do século XIX, por meio da prestação de serviços e da formação de adultos. Atualmente, a extensão é compreendida como um processo que envolve diversos aspectos interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e políticos. Promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação dialógica entre as instituições de ensino e a sociedade, contribuindo para o processo formativo do educando e para a transformação social (FORPROEX, 2012).

Com vistas a definir os princípios, fundamentos e procedimentos que deverão ser observados no planejamento, na gestão e na avaliação das instituições brasileiras de Educação Superior, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a qual apresenta as Diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira.

As diretrizes regulamentam o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, tornando obrigatório o mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação em atividades de extensão. Este processo, conhecido como “curricularização da extensão” também é chamado de creditação ou inserção curricular da extensão.

Sob esta temática, nasceu a proposta de pesquisa intitulada “A curricularização da extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR: concepções e subsídio para a inserção curricular”, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, no período de abril de 2021 a dezembro de



2022, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

O estudo apresentou como objetivo geral a análise e a verificação da compreensão das concepções de extensão estabelecidas nas políticas educacionais nacionais e institucionais e a contribuição destas concepções para o processo de implementação da curricularização da extensão na instituição. Em especial, políticas no âmbito dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) do IFPR, também conhecidos como Cursos Tecnólogos.

Para delimitação da pesquisa foram consideradas as características e especificidades desta modalidade de curso. Sendo assim, o universo estudado foi composto pelos docentes vinculados aos trinta e dois CST do IFPR, os quais encontram-se distribuídos em dezoito *campi* da instituição.

O estudo contemplou uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de questionários.

Para análise e interpretação dos dados coletados, utilizou-se como método a Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Segundo Bardin, o referido método representa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 42).

A coleta de dados junto aos docentes objetivou levantar seus conhecimentos acerca das concepções de extensão presentes nas regulamentações e legislações nacionais e institucionais, sua participação em formações da área e a experiência destes com ações de extensão. Também houve uma abordagem sobre o processo de discussão e implementação da curricularização nos cursos, a oferta de ações de extensão presente nos planos de trabalho docente e por fim, os desafios do processo de implementação da curricularização.



Os resultados obtidos por meio da pesquisa são apresentados nos tópicos a seguir, abrangendo o percurso histórico da extensão e suas concepções, bem como os resultados da coleta de dados realizada com os docentes vinculados aos CST.

2 Histórico e concepções da extensão: das primeiras manifestações à publicação da política nacional de inserção curricular

A prática extensionista no Brasil teve suas primeiras manifestações no final do século XIX, sob forte influência de duas correntes extensionistas: uma norte-americana, centrada em fins comerciais e empresariais por meio de prestação de serviços, e outra europeia, com um caráter assistencialista direcionado à formação de adultos (LISBÔA FILHO, 2022).

Nas legislações brasileiras, os primeiros registros oficiais da extensão surgiram somente em 1931, com o Estatuto da Universidade Brasileira, e em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024 (FORPROEX, 2007). Ambos os documentos apresentavam a extensão numa perspectiva de assistencialismo e transmissão unilateral de conhecimentos.

Somente em 1968, por meio da Lei nº 5.540/68, Lei da Reforma Universitária, a extensão se tornou obrigatória em todas as instituições de ensino superior, neste momento caracterizada como cursos e serviços estendidos à comunidade.

De acordo com Sandra de Deus (2020), entre as décadas de 1960 e 1970, a extensão foi preterida a um plano secundário e reconhecida apenas por seu caráter assistencialista. Segundo Lisbôa Filho (2022), ainda na década de 1970, a extensão inicia uma fase de transição, na qual passa a se consolidar num viés mais transformador. E, desde então, tem sido promovida a partir da transformação social e da valorização dos sujeitos.

Somente em 1975 tivemos a publicação da primeira Política Nacional de Extensão, a qual veio ampliar as atividades extensionistas, incluindo cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas e projetos de ação comunitária com participação de docentes e discentes (GADOTTI, 2017).



Em 1987 houve a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), entidade direcionada à movimentação e definição das políticas de extensão no Brasil. A partir da criação do Fórum, tem-se a seguinte pactuação: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 1987, p. 1).

A década de 1980 também ficou marcada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, a qual apresenta a extensão como um dos pilares das universidades, além de compor o critério da indissociabilidade: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Com vistas à articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração e definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação do ensino, publica-se o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, com vigência para os anos seguintes.

Em 2014, tem-se a publicação da Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o atual PNE, vigente até o ano 2024. Dentre as metas apresentadas na legislação, destaca-se a meta 12:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014, s.p.).

Para o alcance das metas apresentadas pelo PNE, o documento apresenta diversas estratégias. Neste aspecto, destaca-se a estratégia 12.7, a qual direciona-se à extensão: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).



Com vistas ao atendimento desta estratégia, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior. As Diretrizes definem “os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de Educação Superior de todos os sistemas de ensino do país” (CNE/CES, 2018), bem como, regulamentam as atividades de extensão para os cursos de graduação.

A partir destas Diretrizes, o preceito constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão toma materialidade. Mesmo com o estabelecimento legal da inserção curricular da extensão desde 2001, somente em 2018 tem-se uma expressa organização do processo.

Neste cenário Gadotti (2017) enfatiza, ao questionar a necessidade da inserção curricular da extensão, que a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada entre as funções da universidade. Deve ser indissociável ao ensino e à pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos.

Ao também questionar a publicação de uma legislação específica para a inserção da carga horária da extensão nos currículos, Garces et al. (2018) evidenciam que a Resolução CNE/CES confirma que a indissociabilidade não acontece na prática das instituições.

Neste sentido, ao abordar a implementação da curricularização nas instituições, torna-se imprescindível a reflexão de suas práticas, considerando para isto as possibilidades e os desafios presentes no caminho. A inserção curricular da extensão traz consigo a necessidade de repensar no compromisso social das instituições e no currículo que está sendo colocado em prática.

Sandra de Deus (2020) aponta que compreender este momento também exige analisar e compreender a história das instituições e seus compromissos, além de sua missão extensionista e sua trajetória.

Gadotti (2017) ainda aponta a superação da prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática verdadeiramente integral e integradora como um dos principais desafios para a inserção curricular.



Neste cenário, para que os dispostos na Resolução CNE/CES sejam cumpridos, faz-se necessário o comprometimento de todas as instituições e seus sujeitos. Além disso, o entendimento sobre as concepções da extensão torna-se ainda mais essencial para que as práticas extensionistas sejam realizadas de acordo com seus princípios e concepções, trazendo sua essência para todas as práticas.

Além dos preceitos legais até então mencionados, em âmbito nacional a extensão segue os princípios presentes na Política Nacional de Extensão Universitária, publicada pelo Forproex em 2012. De acordo com o documento, a extensão é um processo “interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

O documento ainda apresenta as diretrizes da extensão, sendo elas: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante, e impacto e transformação social. As diretrizes encontram-se representadas na Imagem 1.

Imagem 1 - Diretrizes da extensão universitária brasileira segundo o Forproex



Fonte: A autora (2022).

A diretriz da interação dialógica direciona a extensão ao desenvolvimento de relações que sejam marcadas pelo diálogo e pela troca de saberes entre as instituições



de ensino e as comunidades, deixando de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela instituição e passando a produzir um novo conhecimento, por meio da interação com a sociedade.

A interdisciplinaridade e interprofissionalidade buscam considerar as mais diversas áreas do conhecimento mediante a construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.

A diretriz da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão reafirma a extensão como um processo acadêmico, e considera que as ações desenvolvidas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de ensino e da pesquisa. Desta forma, apresenta-se uma nova configuração ao processo acadêmico, este constituído pelo discente, pelo docente e comunidade.

O impacto na formação discente ocorre por meio do enriquecimento da experiência acadêmica em termos teóricos e metodológicos e também pela atuação discente no protagonismo das ações. Neste sentido, a experiência extensionista oportuniza a formação de profissionais preparados para uma vivência social participativa, em busca de soluções para as demandas da comunidade e de sua atuação como agentes de transformação.

A diretriz do impacto e transformação social reitera a extensão como meio de inter-relação das instituições de ensino com os demais setores da sociedade, objetivando uma atuação transformadora e a ampliação das possibilidades de aprendizagem para além da sala de aula.

Atendendo a estas diretrizes, o processo extensionista se apresentará como instrumento de democratização do conhecimento por meio do diálogo, da troca de saberes e da transformação social. Ainda, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, permitirá uma formação integral aos estudantes, tornando-os sujeitos capazes de interpretar, agir e transformar o meio em que vivem.

Nessa perspectiva, Tutman (2001) aponta a extensão como uma possibilidade de mudança de caminhos, como construção de uma política educacional que possibilite novas teorias e práticas acadêmicas, baseadas num novo entendimento do que é a produção do conhecimento.



Para Freire (2017), a extensão deverá se apresentar com o intuito de ampliar o conhecimento dos indivíduos através de novas perspectivas de aprendizagem que os levem à transformação. A extensão é uma ação educativa, pois trata-se de uma relação entre o educador e o educando, na qual se realiza a ação de educar e de educar-se, numa prática de liberdade. Ainda segundo o autor,

[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 2017, p.22).

Para que esta relação aconteça, a extensão deverá pautar-se no diálogo, na troca de experiências, conhecimentos e vivências entre todos os sujeitos envolvidos na ação. Afinal, fazer extensão não pode significar apenas a transmissão de um conhecimento pré-estabelecido ou uma ação assistencialista.

Diante do exposto, a prática extensionista materializa o compromisso social das instituições, oportuniza aos seus sujeitos um desenvolvimento mais humano, crítico e solidário. Promove o diálogo, a troca de saberes e experiências com a sociedade, além da formação integral dos sujeitos e da transposição das barreiras físicas da instituição.

3 A extensão no IFPR

Com a publicação da Lei nº11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná transformou-se em “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná” - IFPR.

Ao longo dos anos seguintes, foram implantadas novas unidades em diversas regiões do Estado, passando assim por uma relevante expansão institucional. Hoje, ao



todo, são 26 (vinte e seis) *campi* e 4 (quatro) Centros de Referência presentes em todo o Paraná.

De acordo com dados extraídos do Portal de Informações do IFPR, a instituição oferta 153 (cento e cinquenta e três) cursos nas mais diversas modalidades de ensino, divididos entre Cursos Técnicos, Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas, Bacharelados, Formação Inicial e Continuada, Especialização, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional. Contempla cerca de 28 (vinte e oito) mil estudantes, matriculados em cursos presenciais e cursos ofertados na modalidade a distância³.

A missão institucional do IFPR, apresentada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), evidencia a promoção de uma educação profissional, científica e tecnológica, que seja gratuita e de excelência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, visando a formação integral dos sujeitos.

Ainda de acordo com o documento, a responsabilidade social da instituição busca o desenvolvimento da cidadania, o combate às desigualdades sociais e a construção de conhecimentos articulados com as demandas sociais. Esta aproximação da instituição com os diversos setores da sociedade poderá se concretizar, dentre outras atividades, por meio da extensão.

No âmbito institucional, a extensão é tida como “um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade” (IFPR, 2018, p.2). Ainda, as ações de extensão são classificadas em programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações.

A Diretoria de Extensão, Arte e Cultura (Diext), vinculada à Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, é o setor responsável pela coordenação, planejamento, orientação e avaliação das atividades de extensão em toda a instituição.

³ Informações coletadas no Portal de Informações do IFPR, disponível por meio do endereço: <<http://info.ifpr.edu.br/>>.



De acordo com sistema de gerenciamento do Comitê de Pesquisa e Extensão do IFPR, o Siscope⁴, encontram-se cadastrados 567 (quinhentos e sessenta e sete) projetos de extensão, os quais são desenvolvidos nos diversos *campi* da instituição.

Ainda, com o objetivo de consolidar as políticas de extensão, a instituição dispõe de programas de fomento às ações desenvolvidas, sendo: Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex); Programa Institucional de apoio ao Extensionista (Piae); Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (PIDH), e; Programa de apoio à aquisição de equipamentos para Pesquisa, Extensão, Arte, Cultura, Inovação e Pós-graduação (Proeq).

O fomento realizado pelos programas citados se dá por meio de recursos vindos da própria instituição e/ou de agências de fomento externas para concessão das bolsas aos estudantes e recursos financeiros para desenvolvimento das atividades.

Além das ações de fomento citadas, a Diext tem buscado ampliar as oportunidades de divulgação das atividades de extensão por meio da participação em eventos científicos internos e externos à instituição. Além disso, cabe enfatizar a Revista Difusão⁵, periódico cujo propósito é o estímulo e a divulgação das ações institucionais, e o Portal das Artes do IFPR⁶, que é um espaço virtual para divulgação de atividades artísticas, culturais e assuntos relacionados a Arte e a Cultura, envolvendo também as ações de extensão desenvolvidas nos *campi*, relacionadas à temática.

No que concerne à inserção curricular da extensão no IFPR, tem-se a publicação da Instrução Normativa nº1/2021, que instituiu a regulamentação para a implementação da curricularização no âmbito da instituição.

A partir desta institucionalização, intensificou-se o trabalho dos colegiados dos cursos nas discussões sobre a temática, bem como das Pró-reitorias envolvidas, a fim de atender os dispositivos legais e implantar efetivamente a inserção curricular.

⁴ Consulta realizada por meio do link: <<https://cope.ifpr.edu.br/transparencia.php>>, realizada em 15/03/2023.

⁵ Link de acesso: <<https://revistas.ifpr.edu.br/>>.

⁶ Link de acesso: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/portal-das-artes/>>.



E, neste sentido, a pesquisa desenvolvida no âmbito do ProfEPT foi ao encontro da realidade do IFPR, uma vez que almejou contribuir para o processo de implementação da inserção curricular da extensão na instituição.

Enfatiza-se que todos os cursos superiores da instituição concluíram o processo de inserção da carga horária de extensão nos currículos no primeiro semestre de 2023.

4 Experiência docente, compreensão das concepções extensionistas e o cenário da inserção curricular nos cursos Tecnólogos do IFPR

Com vistas a elucidar o problema de pesquisa proposto no estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o levantamento junto aos docentes dos CST do IFPR.

Segundo Mendonça (2017), as abordagens qualitativa e quantitativa podem ser utilizadas de forma complementar e concomitante em pesquisas educacionais:

[...] a pesquisa em educação tem por objetivo o estudo investigativo dos fenômenos educacionais e que, na maioria das vezes, a abordagem qualitativa é a que melhor corresponde ao que se espera - já que possibilita um olhar holístico e aprofundado ante ao comportamento humano. Isso não significa que a abordagem quantitativa não deva ser adotada, ambas podem ser utilizadas concomitantemente e de modo complementar (MENDONÇA, 2017, p. 95).

A proposta apresentada, na perspectiva quali-quantitativa, permitiu uma maior profundidade de análise e uma maior abrangência no que diz respeito aos participantes da pesquisa. Quanto à escolha metodológica, esta ocorreu devido à amplitude dos participantes, espalhados por diversas localidades do estado do Paraná.

A coleta junto aos 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) vinculados aos CST foi realizada no período de novembro de 2021 a março de 2022 por meio de questionário



com questões abertas e fechadas (múltipla escolha). Finalizada a etapa, obteve-se 45 (quarenta e cinco) respostas válidas.

O questionário encontrava-se dividido em cinco blocos:

- a) Dados Gerais: dados de identificação do *campus* e do curso de atuação do docente;
- b) Temática da extensão: levantamento acerca dos conhecimentos dos docentes sobre as concepções de extensão presentes nas regulamentações e legislações nacionais e institucionais, bem como da participação dos docentes em formações da área e a experiência destes com ações de extensão;
- c) Temática da curricularização da extensão: abordagem sobre o processo de discussão e implementação da curricularização nos CST, a oferta de ações de extensão nos planos de trabalho docente e os desafios de implementação da curricularização;
- d) Impacto da extensão: visão do docente acerca do impacto extensionista na formação discente e na transformação social;
- e) Coordenação de curso: bloco voltado aos docentes que também atuam como coordenadores dos CST, envolvendo questões acerca do processo de implementação da curricularização nos cursos.

Deste modo, considerando a participação dos 32 (trinta e dois) cursos pertencentes ao universo de pesquisa, passou-se à análise dos dados, a qual será apresentada neste artigo em dois tópicos: um referente às concepções de extensão compreendidas pelos docentes e sua experiência extensionista, e outro a respeito do processo de implementação da curricularização da extensão nos cursos.

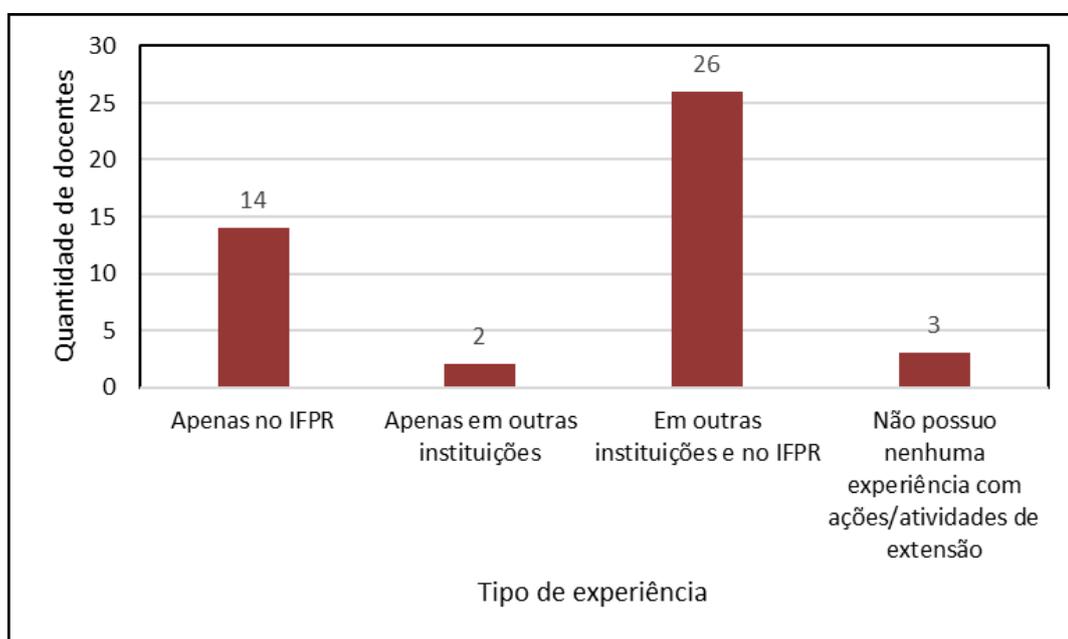
Em sua maioria, constatou-se a compreensão das concepções de extensão por parte dos docentes e do seu compromisso de atuação de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, em prol de uma educação que integre a perspectiva da emancipação humana na formação dos sujeitos.

Com relação ao conhecimento da concepção de extensão presente nos documentos norteadores nacionais, 73% (setenta e três por cento) dos docentes



afirmaram conhecer tais concepções. Quanto à concepção presente no normativo institucional, 78% (setenta e oito por cento) dos respondentes afirmaram conhecê-la. Também se evidenciou no estudo um grande número de docentes com experiência em ações extensionistas (93%), sejam elas no IFPR e/ou em outras instituições de ensino, bem como o desenvolvimento de ações em suas mais diversas modalidades: projetos, programas, cursos, eventos, publicações e prestação de serviços.

Imagem 2 – Experiência dos docentes pesquisados em ações de extensão



Fonte: A autora (2022).

Ainda, abordou-se junto aos docentes os motivos que os impulsionaram a ofertar as ações extensionistas. Neste quesito, realizou-se a averiguação dos dados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), sendo determinadas as seguintes categorias de análise: “Transformação social”, “Formação discente”, “Socialização do conhecimento”, “Carreira docente” e “Outros”.

O cenário levantado demonstrou que o maior motivador para a oferta de ações têm sido a transformação social. Esta categoria agrupou aspectos relacionados ao atendimento das demandas da comunidade em busca de transformação e superação das desigualdades sociais.



Neste quesito, faz-se necessário enfatizar que, assim como evidencia a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), as mudanças não ocorrerão apenas na comunidade. Enquanto parte da sociedade, a própria instituição será impactada e transformada.

No que se refere aos aspectos da formação discente, evidenciaram-se relatos que abordam a extensão como ferramenta de aproximação com a realidade da prática profissional, a construção de experiências educacionais diversificadas, a oportunidade de novas vivências e a proximidade com diversos grupos sociais.

Neste prisma, Sandra de Deus (2020) nos traz que a vivência e a experiência na extensão possibilitam aos discentes uma avaliação dos caminhos que seguirão, bem como a compreensão de outras realidades, outros saberes e outros olhares, impactando, desta forma, a vida acadêmica, profissional e pessoal destes.

A categoria temática “Carreira docente” evidenciou que a oferta da extensão se encontra ligada também ao desenvolvimento profissional e formação docente.

Com relação à categoria temática “Socialização do conhecimento”, evidenciou-se a troca e a democratização de conhecimentos com a comunidade como motivo para a oferta de ações. Esta prática vem ao encontro das reflexões freireanas que influenciaram a definição de extensão, na qual se almeja uma ação que dialogue com a comunidade. Neste aspecto, o Forproex apresenta:

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 1987, p. 11).



Por fim, a categoria temática “Outros” destacou que a motivação da oferta extensionista também pode estar integrada à missão da EPT, à natureza de certos cursos, e também à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No que tange à compreensão das concepções da extensão, os dados levantados demonstraram um cenário muito positivo frente às características da extensão pela visão dos docentes, sendo possível inferir que as concepções extensionistas encontravam-se compreendidas em sua maioria.

No entanto, mesmo com este cenário positivo, levantou-se a necessidade de se debater incansavelmente as diretrizes de extensão preconizadas pela Política Nacional de Extensão.

Com relação à participação docente em ações de formação na temática da extensão, constatou-se um número expressivo de docentes que nunca participaram destas ações, representando 44% dos participantes, fato este que pode representar um limitador para a efetiva compreensão das concepções e diretrizes extensionistas.

Mesmo que em muito baixo número, dois casos apenas, também se evidenciou o desenvolvimento de ações sem a participação discente, sem o envolvimento da comunidade externa, ou ainda, sem o diálogo necessário com a comunidade, num movimento unilateral de transmissão do conhecimento.

Sendo assim, a fim de pormenorizar o desenvolvimento de ações não condizentes com as concepções vigentes, enfatiza-se a necessidade de constante formação sobre a temática na instituição, assim como um maior alinhamento na gestão das atividades.

Especificamente sobre a curricularização da extensão, o levantamento demonstrou que as discussões acerca do processo de inserção da carga horária e ajuste dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) já haviam sido iniciadas em 78% (setenta e oito por cento) dos colegiados de CST ofertados na instituição, envolvendo desta forma os docentes vinculados aos cursos, gestores das unidades, equipes pedagógicas e demais servidores.

Também se observou que a extensão, mesmo que em mínima frequência, já se encontra dentro dos currículos dos cursos pesquisados, visto que foi identificado o



desenvolvimento de ações extensionistas em componentes curriculares de 6 (seis) cursos. Este cenário vem a contribuir para o processo de implantação da curricularização, uma vez que alguns cursos, por sua natureza, já apresentam esse caráter extensionista.

No quesito participação em formações e capacitações sobre a temática, 60% (sessenta por cento) dos respondentes afirmaram ter participado de ações formativas referente à inserção curricular da extensão nos currículos.

Quanto aos desafios apontados pelos docentes para a implantação da curricularização da extensão, a construção deste cenário também se realizou por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), sendo determinadas as seguintes categorias de análise: “Horário de oferta das atividades”; “Organização curricular”; “Carga horária docente”; “Compreensão das normativas e concepções”; “Recursos necessários”; “Engajamento da comunidade acadêmica” e; “Outros”.

O elemento que se apresentou em maior quantidade permeia a horário de oferta das atividades. Neste cenário, evidenciaram-se elementos que se referem principalmente aos cursos noturnos e cursos cujos estudantes são trabalhadores e dispõem de pouco ou nenhum tempo para a participação de atividades em contra turno, sendo necessária a oferta das ações curricularizadas no mesmo horário das aulas.

Outro fator abordado a respeito dos cursos noturnos, refere-se ao envolvimento e atendimento das comunidades de forma presencial, uma vez que, segundo os respondentes, a maior parte das instituições, associações e entidades estariam fechadas neste período.

Com relação à categoria temática “Organização curricular”, esta abordou os entraves apresentados relativos à adequação dos PPC’s, adequação da carga horária dos componentes curriculares, escolha da melhor forma de oferta para cada curso, principalmente ao considerar a grande quantidade de discentes.

Dentre as respostas vinculadas à categoria temática “Carga horária docente”, houve a indicação de que os docentes já se encontram com um número elevado de atividades e, desta forma, com pouco tempo disponível para o planejamento,



acompanhamento e avaliação das atividades de extensão. Segundo os participantes da pesquisa, os desafios também passam pela organização do tempo e ajuste da carga horária docente, além da possibilidade de um aumento de carga horária para atendimento da demanda.

Quanto à categoria “Compreensão das normativas e concepções”, foram evidenciados relatos a respeito da necessidade de um maior conhecimento sobre os documentos orientadores da extensão e da curricularização. A falta de discussões sobre a temática por parte dos colegiados e a necessidade de difusão dessa nova realidade entre o corpo docente, também são indicados no levantamento.

Ainda neste cenário, evidenciou-se a necessidade de uma maior compreensão do critério de indissociabilidade, uma vez que muitos docentes estão focados em atividades de ensino de forma separada das atividades de pesquisa e extensão.

Já na categoria temática “Recursos necessários” abordou elementos de caráter material, físico, humano e financeiro, registrados como necessários ao desenvolvimento e oferta das atividades. Ficou evidente a falta de recursos para a extensão, bem como a falta de laboratórios específicos, infraestrutura e servidores nos *campi*.

Quanto ao engajamento da comunidade acadêmica, esta categoria apresentou a necessidade de participação de todos os setores do *campus* no processo de inserção curricular das atividades, não somente do colegiado do curso ou dos docentes envolvidos com as atividades extensionistas. Também se evidenciou a necessidade de compreensão e engajamento dos discentes no processo para entenderem seu papel como protagonistas e a importância da extensão para sua formação.

Por fim, a categoria temática “Outros” abordou desafios como a interação com a comunidade externa e a busca por parcerias, a realização de procedimentos avaliativos para as atividades de extensão, a implantação de uma rotina extensionista nos cursos, o rompimento do entendimento que aula só ocorre dentro de sala, o possível esgotamento de ideias em determinadas localidades ao longo dos anos letivos, entre outros.



Para finalizar o levantamento de dados, os docentes também informaram que, na ocasião, estavam sendo planejadas e/ou realizadas reuniões com os colegiados para discussões acerca do processo de curricularização, assim como sendo realizadas outras ações em seu *campus*, como exemplo: criação de grupos de trabalho, reuniões gerais para apresentação das novas diretrizes, formação com as equipes gestoras da Pró-reitoria de Ensino e Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, formação com outras instituições de ensino superior da rede Federal, participação em seminários, e outros eventos.

5 Considerações Finais

Conforme apresentado ao longo deste artigo, faz-se necessário que as instituições e seus sujeitos se envolvam efetivamente e compreendam o que é a extensão e suas concepções, com vistas à efetivação da implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação.

Por meio do levantamento realizado - bibliográfico, documental e coleta de dados - verificou-se que a inserção curricular da extensão no IFPR assenta-se sob os pilares da interação dialógica, da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, do impacto na formação discente, e do impacto e transformação social. Outrossim, a inserção curricular da extensão é um processo em constante discussão e construção no IFPR.

A compreensão das concepções da extensão pela maioria dos docentes participantes da pesquisa, como também a experiência destes e o desenvolvimento de ações de extensão em alguns componentes curriculares já ofertados, reflete um cenário positivo, o qual vem a contribuir para o processo de inserção curricular da extensão nos Cursos Tecnólogos do IFPR.

No entanto, enfatiza-se por meio deste estudo a necessidade de constante formação sobre a temática na instituição, bem como um maior alinhamento na gestão das atividades ofertadas.



Mesmo com os entraves apresentados para sua implementação, a curricularização da extensão se traduz em um grande marco para a educação brasileira, ao representar um importante momento para a consolidação da extensão no âmbito do IFPR e das instituições públicas de educação superior brasileiras.

Ainda, os resultados desta pesquisa impulsionaram a proposição e elaboração de um produto educacional com vistas a contribuir para o processo de inserção curricular da extensão nos cursos Tecnólogos do IFPR. Para isto, foi elaborada uma proposta de componente curricular específico de extensão para os CST, com foco na introdução à prática extensionista.

O produto se apresenta como uma possibilidade dentre as diversas ações que poderão ser implementadas nos cursos e encontra-se disponível na plataforma eduCAPES⁷.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da

⁷ <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/720064>>.



República, [2009]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios.** Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **1 Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.** Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília: UNB, 1987.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: Forproex, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GARCES, Solange Beatriz Billig *et al.* **Reflexões sobre a Curricularização da Extensão.** In: Seminário Internacional de Educação no Mercosul, XVIII. Anais. Cruz Alta: 2018.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Resolução nº 11, de 27 de março de 2018.** Aprova e institui as diretrizes para as atividades de extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: Consup/IFPR, 2018. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-11-2018-2/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023.** Curitiba: IFPR, 2020. Disponível em: <<https://info.ifpr.edu.br/informacoes-institucionais/pdi-plano-de-desenvolvimento-institucional/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IFPR. **Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021.** Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR. Curitiba: IFPR, 2021. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/o->



instituto/comissoes/comissao-de-curricularizacao-da-extensao/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira [...]. Brasília: MEC/CNE, 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

MENDONÇA. Priscilla Bibiano de Oliveira. A Metodologia Científica em Pesquisas Educacionais: Pensar e Fazer Ciência. **Interfaces Científicas - Educação**. Aracaju, v. 5, n. 3, p. 87 - 96, 2017. ISSN 2316-333X.

TUTTMAN, Malvina Tania. Extensão universitária: a construção de novos caminhos. In: DURHAM, E. R., SAMPAIO, H. (Org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: USP / Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, 2001.